A TEORIA DA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO: A POSIÇÃO INTERCULTURAL DO SUJEITO NA POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Archaeological discourse analysis: the subject's intercultural position in the national textbook policy for rural education

Maria Aparecida Vieira de Melo

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

m_aparecida_v_melo@hotmail.com

Recebido: 10.07.2023

Aceito: 15.09.2023

Resumo

A produção textual que se apresenta é oriunda da pesquisa que investigou o discurso sobre a posição intercultural do sujeito na política nacional do livro didático para educação do campo. Neste intuito, utilizamos a análise arqueológica do discurso de Michel Foucault (2008) como caixa de ferramenta teórica-metodológica para comunicar os achados. A investigação se deu por meio do mapeamento das fontes primárias (PNLD/Campo 2016 e 2013) que nos remeteram às fontes secundárias como as leis, decretos, resoluções, artigos, dissertações e teses. Temos por finalidade apresentar os achados da pesquisa: O discurso sobre a posição intercultural dos sujeitos na política nacional do livro didático para educação do campo. Nas escavações realizadas do *corpus* analítico/descritivo chegamos à conclusão de que o discurso sobre a posição do sujeito está atravessado nos campos de domínio da democracia, da decolonialidade, dos direitos humanos e dos estudos culturais. Ordens discursivas que permeiam os sujeitos do campo se posicionarem interculturalmente na política nacional do livro didático.

Palavras-chave: Educação do campo, Posição de sujeito, Livro didático, Interculturalidade.

Abstract

The textual production comes from the research investigating the discourse on the subject's intercultural position in the national textbook policy for rural education. To this end, we used the archaeological analysis of Michel Foucault's (2008) discourse as a theoretical-methodological toolbox to communicate the findings. The investigation occurred by mapping primary sources (PNLD/Campo 2016 and 2013) that referred us to secondary sources such as laws, decrees, resolutions, articles, dissertations, and theses. We aim to present the research findings: The discourse on the intercultural position of the subjects in the national textbook policy for rural education. In the analytical/descriptive corpus excavations, we concluded that the subject's position is crossed in democracy, decoloniality, human rights, and cultural studies. Discursive orders that permeate the subject of the field to position themselves interculturally in the national textbook policy

Keywords: Rural education, Subject position, Textbook, Interculturality.

1. INTRODUÇÃO

A análise arqueológica do discurso não se ocupa nem do passado e nem do futuro, ocupa-se do discurso-enunciado que está posto. Ou seja, não visa a origem dos fatos nem a sua exegese, limita-se a análise do objeto de investigação pesquisado, isto é, tão somente o discurso no território da linguagem.

O procedimento metodológico da pesquisa arqueológica se justifica porque o papel a ser exercido pelo pesquisador arqueólogo é analisar e descrever os achados do objeto investigado sem atribuições de sentidos, crenças, experiências, vivências, especulações. Assim, o pesquisador arqueólogo escava as camadas da linguagem em seu território sígnico, para trazer à luz apenas o objeto encontrado e ao ser encontrado não cabe ao arqueólogo enunciar o que acha, pensa ou imagina ser, mas deve tão somente analisar, descrever e explicitar tal qual como encontrou.

A análise e a descrição são basilares na operação da pesquisa arqueológica e o papel exercido pelo arqueólogo é analisar, descrever e explicitar os achados que emergem no acontecimento enunciativo da ordem discursiva em análise. Tal como nos propomos realizar aqui ao apresentar os achados da pesquisa: o discurso sobre o posicionamento intercultural do sujeito na política nacional do livro didático.

A análise do campo do discurso tem um modo próprio de ser, cujo irrompe com a questão da análise interpretativa que se faz no campo da pesquisa de natureza epistemológica, quando se faz interpretações e atribuições de sentidos ao que foi dito. Para Foucault (2008, p. 31) a análise do campo do discurso é singular, e se dá desta forma,

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de **compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação**; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação excluem. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. A questão pertinente a uma tal análise poderia ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?

Nesta série enunciativa, Foucault nos explica que a análise do campo enunciativo passa pelo crivo da questão pertinente 'que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?' Isso porque, o modo de análise na arqueologia não permite que haja interpretações, atribuições de sentido, o que o autor quis dizer, mas tão somente elucidar o que está posto, descrevendo assim a emergência do

aparecimento do achado, não há intenção em saber a gênese, a origem do acontecimento e nem se dá conta do todo, há sempre uma limitação analítica que se dá pelo corte a ser estabelecido referente ao objeto pesquisado.

Neste sentido, iremos apresentar os enunciados que foram analisados do conjunto das coisas ditas e escritas sobre a função de a interculturalidade funcionar como princípio orientador da posição do sujeito na política do livro didático para Educação do Campo. Tomamos por base a fonte elementar da pesquisa o Guia Nacional do Programa do Livro Didático – PNLD 2016 e 2013. Ambos os documentos nos remeteram a outras fontes, como as leis, os decretos, as resoluções, teses, dissertações e artigos.

Acionamos para tal na caixa de ferramenta metodológica da Análise Arqueológica do Discurso, as ferramentas procedimentais: o discurso, a posição de sujeito e o enunciado. Neste caso, entendemos por discurso

(...) um conjunto de atos de formulação, uma série de frases ou de proposições (...). Um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência” (...). Um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva (...). (FOUCAULT, 2008, p. 122).

Neste sentido, o discurso é o conjunto de enunciados que se apoiam numa mesma formação discursiva.

No que diz respeito a posição de sujeito, entendemos que

As **posições do sujeito se definem** igualmente pela situação que **lhe é possível ocupar** em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos: ele é **sujeito que questiona**, segundo uma certa grade de interrogações explícitas ou não, e **que ouve**, segundo um certo programa de informação; **é sujeito que observa**, segundo um quadro de traços característicos, **e que anota**, segundo um tipo descritivo; está situado a uma distância perceptiva ótica cujos limites demarcam a parcela de informação pertinente; utiliza intermediários instrumentais que modificam a escala da informação, deslocam o sujeito em relação ao nível perceptivo médio ou imediato, asseguram sua passagem de um nível superficial a um nível profundo, o fazem circular no espaço interior do corpo - dos sintomas manifestos aos órgãos, dos órgãos aos tecidos e dos tecidos, finalmente, às células (FOUCAULT, 2008, p. 58, grifos nosso).

Ou seja, é uma posição vazia que qualquer sujeito pode ocupar. E no que concerne ao enunciado, eis

(...) é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente (...). É tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações (...). O conjunto de enunciados está longe de se relacionar com um único objeto, formado de maneira definitiva, e de conservá-lo indefinidamente como seu horizonte de idealidade inesgotável (...). O limiar do enunciado seria o limiar da existência dos signos (...). Uma **função** que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (...). (FOUCAULT, 2008, p. 96, grifos nosso).

O enunciado não se ocupa do esgotamento e nem do surgimento da massa de acontecimentos, por ser uma função que cruza um domínio de estruturas e unidades possíveis que aparecem com conteúdo concretos, no tempo e no espaço, ou seja, o saber das coisas ditas e escritas que ao serem descritas e analisadas corroboram com o saber a vir ser posto.

O procedimento metodológico é acionado de forma triádica, iniciamos com o mapeamento das fontes texto-fonte (PNLD/Campo – 2013/2016; DCNED – 2002; Decreto 7537/2010; PNE/2014; LDB 9394/96; Dissertações, tese e artigos). Após, passamos a escavar as séries de signos no território da linguagem dos feixes de relações dos correlatos enunciativos sobre o discurso que constituem a rede discursiva do objeto de investigação e, por fim, a análise/descrição dos achados encontrados sobre a posição intercultural do sujeito na política nacional do livro didático da educação do campo.

2. MAPEANDO O TERRITÓRIO DA LINGUAGEM SOBRE A INTERCULTURALIDADE

No conjunto das coisas ditas e escritas sobre o discurso da interculturalidade nos possibilitou escavar o corpus analítico que diz respeito ao enunciado da unidade na diversidade. Neste caso, temos a cultura que enlaça a diversidade cultural. De tal modo, que a cultura é “um conjunto de características artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade” (CUCHE, 2002, p. 28). A função que cumpre a cultura de ser considerada um patrimônio de uma nação fundadora de sua unidade viabiliza a compreensão que diz respeito a interculturalidade, a qual concerne a unidade na diversidade.

Ressaltamos que a cultura nesta perspectiva enseja os desdobramentos das posições dos sujeitos em ocuparem e cumprirem determinadas funções. Desta feita, é compreendido a cultura como

El conjunto de intervenciones realizadas por el estados, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. pero esta manera necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad (CANCLINI, 2001, p. 65).

O coletivo social com suas particularidades e singularidades unem-se em prol de um projeto de sociedade, assim as diferenças são respeitadas, valorizadas e consideradas em prol da transformação social do coletivo de direito. Na visão de Canclini a cultura é transnacional. Logo, temos os seus desdobramentos em interculturalidade, pluri-

culturalidade, multiculturalidade, pluralidade cultural. Enunciados que se desdobram no campo complexo da cultura, mas o que nos interessa neste momento é compreendermos a interculturalidade, sobretudo, ao que concerne ao enunciado: unidade na diversidade.

Desta forma, as ordens discursivas: democracia, decolonialidade, direitos humanos e estudos culturais são enlaçadas pela interculturalidade, que se desloca por meio de seus feixes de relações que são estabelecidos através da posição do sujeito, cujo é atravessado por diversos acontecimentos discursivos.

Entendemos a interculturalidade como nexos que intercomunica e interliga numa perspectiva retroalimentativa à diversidade cultural dos sujeitos que marcham na direção de um projeto de sociedade menos injusto, combatendo, portanto, a desigualdade social que exclui os sujeitos de seus respectivos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais, ou seja, os direitos humanos de modo geral (MELO, 2020). O nexos que se estabelece por meio da interculturalidade unifica a diversidade dos sujeitos em prol de um projeto de sociedade que, particularmente fora violado, devido a desigualdade social enraizada no Brasil desde modelo educacional dos Jesuítas que implantaram o modelo dualista de educação um voltado para elite e outro para a instrumentalização dos povos indígenas.

Romper com a desigualdade social, cuja tem um lastro profundo de violação, exploração e expropriação dos direitos humanos, inalienáveis, indivisíveis e fundamentais é se opor a um projeto hegemônico de dominação que dita as regras pela via da colonização, da subalternização e da submissão dos menos favorecidos pela ótica do dominador. Assim, os sujeitos coletivos têm muito o que lutar de forma contra hegemônica em prol de seus direitos sociais, políticos, econômicos, culturais, emocionais e ambientais. Salientamos que para tal a interação entre as diferentes culturas é imprescindível, tendo em vista que é “através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (BOTELHO, 2001, p. 2). As sensações, os pensamentos, os hábitos culturais, os valores sociais e morais constituem a identidade e, também a diferença entre os diversos sujeitos que estão perseguindo um projeto de sociedade em comum.

Nesta finalidade de tecermos a unidade na diversidade e compreendermos os desdobramentos da interculturalidade em campos de domínio distintos, ressaltamos que o inter, tem a ver com a integralização das diferentes culturas que constituem os sujeitos coletivos de direito. As intervenções realizadas pelos estados e instituições sociais visam

ao fim e ao cabo promover o desenvolvimento dos sujeitos, primar pelo respeito as diferentes culturas em prol da transformação social. Razão pela qual a cultura é considerada transnacional os seus processos simbólicos e materiais que atravessam os contextos sócio-históricos da atualidade. O que unifica os sujeitos nesta diversidade é o diálogo, a participação e a ética que não negam as diferenças e tensões entre os sujeitos que lutam por um projeto emancipatório, mas que entre si, visam e buscam por um ideal. Rompendo com as diferenças que negam a igualdade de oportunidade, mas visando a igualdade de oportunidade para os sujeitos diferentes.

Neste sentido a educação para prática intercultural é essencialmente importante para que os sujeitos possam tomar consciência de seus direitos. Portanto, a formação para uma prática intercultural é crucial, sobretudo para o coletivo de professores que em última instância visam a formação dos sujeitos enquanto sujeitos políticos, militantes, agricultores, acampados, assentados e outros tantos sujeitos que estão envolvidos nos processos político-pedagógico. Desta feita, elucidamos o fragmento que assim explicita esta assertiva:

[...] a educação intercultural se preocupa com as relações entre seres humanos culturalmente diferentes uns dos outros. Não apenas na busca de apreender o caráter de várias culturas, mas, sobretudo, na busca de compreender os sentidos que suas ações assumem no contexto de seus respectivos padrões culturais e na disponibilidade de se deixar interpelar pelos sentidos de tais ações e pelos significados constituídos por tais contextos [...]. Nesta óptica, o reconhecimento das complexas e conflitantes relações interculturais pode ser fundamental para reverter os processos de exclusão estabelecidos pela adoção de mecanismos culturais hegemônicos que perpassam a escola e transformam em estrangeiros muitos sujeitos sociais (FLEURI, 2003, p. 31).

As relações estabelecidas entre as pessoas com seus hábitos, costumes e crenças diferentes não elidem as complexas e conflitantes relações que devem ser dirimidas em prol de um projeto de sociedade menos injusto e mais humano. Desta maneira, a prática educativa intercultural permeia as mudanças nos quadros de exclusão social que estão arraigados no chão da escola, por exemplo. Neste sentido, os mecanismos contra hegemônicos são sobrepostos aos processos hegemônicos de dominação, exploração, violação e expropriação dos direitos fundamentais dos coletivos sociais. Em sendo assim, eis um fragmento posto por Melo sobre as relações dos sujeitos na perspectiva intercultural:

A dialogicidade horizontal entre as culturas é uma premissa da interculturalidade, pois não há hierarquias culturais, mas sim diferenças culturais. A reciprocidade, a interação, a dialogicidade e a comunicação são artefatos cruciais para a prática da interculturalidade, a depender de cada situação que se estabelece entre os diferentes grupos sociais e culturais que permeiam o processo de vir a ser práxis da interculturalidade (MELO, 2020, p. 31).

Nesta perspectiva a dialogicidade é inerente ao processo da interculturalidade com a finalidade do desenvolvimento do diálogo equânime entre as pessoas, com suas distintas formações e atuações. Desta maneira elucidamos que a interculturalidade permeia a unidade na diversidade enlaçadas por uma comunicação dialógica horizontalizada entre os sujeitos de direito em sua diversidade cultural.

A importância de darmos ênfase a unidade na diversidade tem a ver com o fomento da identidade cultural dos sujeitos que ao longo do processo histórico foram subalternizados, explorados e expatriados pelos colonizadores, deixando um estigma que ainda hoje se perdura sobre eles. A título de exemplo, o homem do campo é o que tem o sotaque engraçado, é pobre coitado, é o banguelo, o matuto. Tais estereótipos corrompem a autoestima dos sujeitos coletivos de modo geral e do campo em particular, pois isso a unidade na diversidade rompe com este ranço histórico, porque compreende-se que é preciso superar tal status quo para que possamos ter o pertencimento cultural e identitário de ser e estar no campo, pois

[...] Muitas vezes o camponês recusa-se a assumir sua identidade, pois, ao longo de sua história, foi considerado como rude e inferior. O próprio campo é visto como um espaço inferior à cidade. A consciência de classe passa pela consciência de identidade, que, no caso aqui discutido, é a da cultura camponesa [...] (CAMILO. 2008, p. 21).

A identidade do sujeito precisa ser autoafirmada constantemente para que ele não se sinta inferior, incapaz, menos importante para sociedade de modo geral. Por isso que a interculturalidade ao primar pela unidade na diversidade, favorece o pertencimento e o empoderamento do sujeito, enquanto sujeito de direito.

A diversidade cultural dos sujeitos que estão no entorno da interculturalidade, eles são atravessados por várias experiências, sensações, práticas e vivências que constituem sua identidade cultural. Dito de outro modo, a identidade cultural vai sendo construída paulatinamente, atravessada pelos diversos acontecimentos que permeiam o vir a ser do sujeito e a posição que cada qual pode ir ocupando no decorrer da inserção do movimento social que está inserido, conforme a realidade sócio-histórica que também lhe atravessa. Neste sentido, elucidamos a posição de sujeito intercultural que permeia as ordens discursivas dos direitos humanos, da democracia, da decolonialidade e dos estudos culturais. Para assim, explicitarmos que a interculturalidade orienta a posição do sujeito na política nacional do livro didático para educação do campo.

3. NOÇÕES SOBRE A POSIÇÃO DO SUJEITO

No conjunto das coisas ditas e escritas evidenciamos que a posição do sujeito é atravessada pelos acontecimentos sócio-históricos. Deste modo, compreendemos que há uma complexidade sobre a posição do sujeito. Razão pela qual iremos entender como se dá a posição do sujeito em alguns campos de domínios, pois segundo Melo (2020, p. 60) “a abordagem sobre a posição de sujeito de natureza arqueológica é distinta da posição de sujeito do campo de domínio da filosofia, da psicanálise, da hermenêutica e do materialismo histórico-dialético.” Neste caso iremos compreender como é descrita a posição do sujeito nestes campos de domínio.

No campo da filosofia o “sujeito é considerado como o sujeito do conhecimento, do direito ou da consciência” (TOREZAN; AGUIAR, 2011, p. 14). Logo, o conhecimento, o direito e a consciência constituem o sujeito em ser ele mesmo. Entretanto, temos Marx, Nietzsche e Freud que operam com outro entendimento sobre autocentramento do sujeito, pois:

Com Marx, **o descentramento do eu se deu em relação à economia e à política**, num **reconhecimento das forças produtivas** como ordenadoras da sociedade; com Nietzsche, aclararam-se **as relações de força e de poder como centrais e reguladoras do humano**, também derrubando a primazia do eu e da consciência; e, por sua vez, Freud realizou o abalo do estatuto de soberania do eu, da consciência e da razão com uma nova concepção sobre o inconsciente. Com essa concepção freudiana, na qual **o inconsciente passa da condição de apêndice da consciência à estrutura particular** e determinante da subjetividade, **o sujeito se torna cindido em duas formas de funcionamento, a consciente e a inconsciente**, e subjugado à primazia desta (TOREZAN; AGUIAR, 2011, p. 530, grifos nosso).

A economia e a política são descentralizadoras da posição do sujeito. Já as relações de poder também regulam e controlam os sujeitos, já o eu, a consciência e a razão sofrem o abalo com a concepção do inconsciente, o qual determina a subjetividade do sujeito, posicionando-o de um modo e não de outro. Assim a objetividade (consciência) e a subjetividade (inconsciente) regem a posição do sujeito.

Já na psicanálise, a partir da perspectiva de Lacaniana,

O campo do **sujeito é efeito**, em especial, da **linguagem** e de uma trama de **relações pré-existentes** ao nascimento, constituindo o que será o mito fundador de uma história singular. O sujeito, para a psicanálise, é aquele que se **constitui na relação com o Outro através da linguagem**. É em referência a essa ordem simbólica que se pode falar em sujeito e subjetividade a partir de Freud, e, em especial, após a produção teórica de Lacan.

A linguagem é o meio que enlaça o ser de relações pré-existentes ao nascimento, e, sobretudo, entre as relações que regulam o sujeito. Desta maneira, as relações com o outro rompe com uma história singular, pois os sujeitos são atravessados pelos acontecimentos sociais, políticos, culturais e econômicos de uma dada época histórica.

No que diz respeito a hermenêutica, o sujeito se posiciona de forma a atribuir sentido ao que está posto, ou seja, a interpretação. Desta feita, “a interpretação é uma ação realizada pelo sujeito por meio da linguagem, o sujeito que é histórico e finito” (STEFANI, 2006, p. 20). Assim, com a linguagem o sujeito pode acionar os múltiplos sentidos que a palavra possui e dessa forma corroborar para o que se quer dizer é isso, quando o que está posto é isso outro, ou seja, a interpretação faz com que você realize uma pergunta e a resposta seja uma outra pergunta que não tem a ver com a pergunta primeira que fora realizada. Neste sentido, Heidegger (2003) assinala que o sujeito se constrói através de seu discurso, se constituindo a si mesmo. Em sendo assim Melo (2020, p. 62), afirma que “tanto na hermenêutica quanto na fenomenologia o sujeito é histórico e finito, cujo ser consiste em compreender e em que condições o sujeito que conhece pode compreender, evidenciando assim a epistemologia da interpretação e uma ontologia da compreensão (STEFANI, 2006)”. A interpretação e a compreensão são permeadas pelos signos convencionais da linguagem.

A posição do sujeito no materialismo histórico-dialético é caracterizada pelas contradições. Desta feita, eis um fragmento que comunica tal assertiva:

A produção das ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens, **é a linguagem da vida real**. São os homens que **produzem as suas representações, as suas ideias**, etc., mas os **homens reais**, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. **A consciência nunca pode ser mais que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo de vida real** (MARX; ENGELS, 1986, p. 23, grifos nosso).

As representações, as ideias e a consciência são produzidas pelos homens reais que intervêm na realidade da qual estão inseridos, os quais são condicionados por forças produtivas e pelas relações que lhe corresponde. Assim sendo, ressaltamos que o ser humano é complexo, sobretudo por seus condicionamentos e pelas forças produtivas que o cerca.

Ao evidenciarmos sobre a posição do sujeito na arqueologia, é uma função, uma posição vazia e neutra, tal como explicita Foucault (2008, p.106, grifos nosso), eis:

O sujeito do enunciado é a posição absolutamente neutra, indiferente **ao tempo, ao espaço, às circunstâncias**, idêntica em qualquer **sistema linguístico**, em qualquer **código de escrita** ou de **simbolização**, e que **pode ser ocupada por qualquer indivíduo**, para afirmar tal proposição.

O sujeito do enunciado não é o homem de carne e osso, não. Logo a posição neutra pode ser ocupada por qualquer sujeito, que no conjunto das coisas e ditas e escritas em tempos, espaços e circunstâncias através do sistema linguístico, do código escrito e do símbolo podem assumir tal posição para afirmar a proposição.

Vale salientar que o sujeito do enunciado é o sujeito da operação. Assim, Foucault (2008, 107) explica que:

A posição do sujeito está ligada à existência de uma operação ao mesmo tempo determinada e atual: em ambas, o sujeito do enunciado é também o sujeito da operação (aquele que estabelece a definição é também aquele que a enuncia; aquele que coloca a existência é, ao mesmo tempo, quem coloca o enunciado); em ambas, finalmente, o sujeito liga, por essa operação e pelo enunciado em que ela toma corpo, seus enunciados e suas operações futuros (enquanto sujeito anunciante, ele aceita o enunciado como sua própria lei).

A existência de uma operação coaduna a posição do sujeito, tendo em vista que ao enunciar ele opera. Assim, o discurso é ele mesmo a materialidade da posição do sujeito. Em outras palavras o sujeito do enunciado o torna lei. Pois, “o sujeito enunciante e o que é enunciado estão no mesmo nível (enquanto, para uma análise formal, um enunciado como esse implica o desnivelamento próprio da metalinguagem)” (FOUCAULT, 2008, p. 107). A metalinguagem é a representação pela representação, o sujeito e o que é enunciado favorece para que fiquem no mesmo nível. No que diz respeito a posição vazia do sujeito, Foucault (2008, p. 105, grifos nosso), explicita que,

O sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos.

Dito em outras palavras o enunciado pode ser formulado por indivíduos diferentes, ou seja, um mesmo indivíduo pode ocupar uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos. Neste sentido, Melo (2020, p. 70), explicita a

Razão pela qual a interculturalidade funciona como princípio orientador da posição do sujeito na Política Nacional do Livro Didático para Educação do Campo através das ordens discursivas: democracia, decolonialidade, direitos humanos e estudos culturais. As quais permeiam os deslocamentos que os sujeitos ocupas diferentes posições e assumem papéis diferentes na formulação do enunciado.

A interculturalidade é a unidade na diversidade. Neste caso a temos como princípio orientador da posição do sujeito na política nacional do livro didático para educação do campo, estando acionado nos campos da decolonialidade, dos direitos humanos, estudos culturais e da democracia. Para chegarmos a estes achados percorremos o território da linguagem sobre os elementos constituintes da tese: a interculturalidade, a educação do campo e a política nacional do livro didático.

4. A POSIÇÃO DOS SUJEITOS NAS ORDENS DISCURSIVAS DA INTERCULTURALIDADE

Como já fora enunciado no conjunto das coisas ditas e escritas sobre os desdobramentos enunciativos da interculturalidade, temos a posição do sujeito definida na democracia, nos direitos humanos, na decolonialidade e nos estudos culturais. Em sendo assim, na ordem da democracia “escandimos o discurso existente, a qual só pode acontecer mediante a participação dialógica entre os sujeitos de direito que lutam por políticas públicas educacionais viabilizadas por planejamento participativo” (MELO, 2020, p. 126). Deste modo, a participação dos sujeitos no planejamento participativo é crucial para que a prática da educação do campo possa se efetivar.

Assim, a perspectiva intercultural democrática, vem possibilitando a ocupação dos sujeitos, que em seus movimentos sociais de base têm contestado às ordens hegemônicas e, em contrapartida, lutam por uma educação contextualizada à realidade local e que atenda as demandas e reais necessidades dos seus respectivos grupos sociais (MELO, 2020). A participação dos sujeitos em prol de um projeto contra hegemônico é crucial.

Razão pela qual a educação intercultural acontece provida pelo diálogo no campo educativo, é propulsora da diversidade cultural, onde as diferenças possam ser postas em evidência a favor dos artefatos culturais, sociais, econômicos e políticos dos diversos sujeitos que socialmente são conformados na escola (MELO, 2020). Os sujeitos coletivos de direito são atuantes na formulação e planejamento das políticas educacionais voltadas para o campo. Assim, concebe-se como sujeitos do campo, aqueles que são oriundos das camadas populares localizados geograficamente na região rural, isto é, pessoas que moram longe dos centros urbanos, que têm um modo próprio de ser e viver, desde o modo de falar ao pensar e compreender (MELO, 2020).

Essa diversidade de sujeitos na perspectiva da democracia, orientados pela participação no planejamento e nas políticas educacionais só é possível por meio do

diálogo na lógica decolonial. Logo, o diálogo na perspectiva decolonial assenta os sujeitos na superação dos processos de coisificação, estereótipos e subalternização que historicamente os povos do campo foram vítimas. O conhecimento faz emergir a democratização por uma nova conformação do sujeito do campo em sua insurgência (MELO, 2020). A perspectiva decolonial viabiliza aos sujeitos do campo serem protagonistas e ocuparem suas posições em prol de uma educação do campo pública e de qualidade.

No que diz respeito a ordem discursiva da decolonialidade, a profusão do discurso sobre evidencia a sua complexidade, pois a decolonialidade é um movimento que tenciona as forças hegemônicas da produção do conhecimento, da narrativa de uma história única, da sujeição do sujeito aos ditames do padrão global da sociedade vigente excludente (MELO, 2020). Superar a hegemonia do poder, do ser e do ter é uma necessidade contra hegemônica que viabiliza a contestação de direitos. Numa sociedade diversa e plural, os sujeitos coletivos devem estar organizados em seus movimentos sociais para que possam ter força para lutar contra os processos de colonização que ainda imperam em nossa sociedade. Desta feita, “a genealogia do pensamento decolonial é planetária e não se limita a indivíduos, mas incorpora nos movimentos sociais (o qual nos remete aos movimentos sociais indígenas e afros)” (MIGNOLO, 2008, p. 258). Isto é, não devemos pensar no indivíduo em sua individualidade, mas no sujeito em sua coletividade. Em razão disso, o sujeito pós-colonial não é único, pois ele é atravessado por diversas faces de sua história e de seu presente que são deslocados, transmutáveis e transitivos. Na perspectiva pós-colonial não cabe o sujeito centrado, integral, dono de si e de suas verdades absolutas e hegemônicas (MELO, 2020).

Adentrar na ordem discursiva dos direitos humanos, situamos a posição de sujeito como sujeito de direito que devem igualmente contestar a lei dos mais fortes. Neste caso, a profusão do discurso sobre esta ordem discursiva elucida a regularidade no que concerne aos enunciados da democracia, do diálogo decolonial, na pluralidade, na diversidade cultural e nas diferenças e identidades. Dito em outras palavras o que vimos na ordem discursiva da democracia é similar aos enunciados que permeiam a ordem dos Direitos Humanos. Razão pela qual, evidenciamos que os autores em diferentes contextos em algum momento se inter cruzam em suas ideias. Em sendo assim, Melo (2020, p. 169) elucida que:

Os sujeitos de direito são plurais em sua diversidade. Operar com processos contra hegemônicos de sujeição dos sujeitos nos processos educativos é

necessário. Para tanto, é preciso, antes de tudo, fomentar o combate à desigualdade social que está ensejada no contexto educativo. A desigualdade social, muitas vezes é um artefato que se mantém em evidência constante, pois numa dimensão hegemônica os sujeitos de direito em sua diversidade são percebidos e considerados como de menor valor.

A diversidade cultural dos sujeitos no contexto educacional ao ser respeitada corrobora para uma sociedade menos desigual, socialmente. Desta maneira, uma prática social contra hegemônica permeia a inserção social dos sujeitos enquanto sujeitos de direitos, e não como ser menos nas tomadas de decisões. Acreditamos que a

condição de sujeito histórico é inegável na perspectiva da promoção dos direitos humanos para os sujeitos de direito que estão organizados em movimentos sociais, como o camponês que busca o acesso as políticas educacionais na perspectiva de galgar a condição de 'ser mais', ou seja, a igualdade em meio as suas diferenças (MELO, 2020, p. 171).

Os processos históricos ao longo dos Direitos Humanos foram sendo tencionados, sobretudo pelos sujeitos coletivos organizados em seus movimentos sociais de modo geral e o camponês em particular. Processos de lutas, resistências e superação das fronteiras em busca do ser mais. Acontecimento que se dá através do diálogo na perspectiva intercultural, como é assinalado por Melo (2020, p. 172) ao explicitar que “o diálogo intercultural por meio da garantia dos direitos humanos acontece na ordem do discurso quando os diferentes grupos culturais satisfazem suas necessidades coletivamente”. Assim os diferentes grupos coletivos garantem os direitos humanos em prol de suas respectivas necessidades, como o direito a educação.

Nesta lógica, adentramos na ordem discursiva dos estudos culturais, para comunicar como a posição dos sujeitos se desdobra. Deste modo, os correlatos dos estudos culturais: identidade cultural, hibridização cultural, currículo intertranscultural e posição de sujeito permeiam os desdobramentos enunciativos que alargam a profusão do discurso sobre os estudos culturais na perspectiva da teoria pós-crítica. Assim, compreende-se que os sujeitos coletivos são “conscientes de nossos enraizamentos culturais, dos processos de hibridização e de negação e silenciamento de determinados pertencimentos culturais, sendo capazes de reconhecê-los, nomeá-los e trabalhá-los, constitui um exercício fundamental” (CANDAUI, 2008, p. 26). A consciência do sujeito sobre o seu enraizamento cultural é primordial para que se combata o silenciamento e a negação das relações assimétricas existentes na diversidade cultural.

Quando nos remetemos a interculturalidade como unidade na diversidade, estamos fazendo jus as culturas diversas que enlaçam os coletivos sociais em prol dos direitos

humanos. Deste modo, dentre as várias concepções sobre cultura, elucidamos uma que comunica melhor como se dá o desdobramento da posição do sujeito, a saber

A cultura, ao longo do tempo, vai nos interpelar para determinadas posições de sujeito. Isto é fruto do estar permanentemente em uma rede discursiva, sobre a qual incidem formações discursivas que metamorfoseiam a todo momento as visões de mundo e os modos de vivermos neste mundo” (BERNARDES; HOENISCH, 2003, p. 112-113).

A cultura responsabiliza os sujeitos se posicionarem de diferentes formas, enredados por uma prática discursiva que transformam as visões de mundo e os modos de viver no mundo. Desta feita, é compreendido que o sujeito é visto como derivado de práticas sociais, econômicas, culturais, políticas: ele não faz a história, é construído pela mesma, de variadas formas, em diferentes épocas; ele é um efeito das práticas de significação (HENNIGEN; GUARESCHI, 2006). Assim, as práticas de significação no campo das práticas sociais, econômicas, culturais e políticas posicionam os sujeitos a ocuparem determinadas posições e não outras. Em sendo assim, as posições de sujeito remetem à interpelação cultural, ao recrutamento de pessoas para ocupar certas posições, que acontece quando essas se identificam com determinados discursos, tomando-os como verdadeiros para si e sobre si (HENNIGEN; GUARESCHI, 2006). A identificação com determinados discursos tem a ver com o fomento da identidade do sujeito, esta é influenciada pelos acontecimentos que atravessam os sujeitos. Neste caso,

A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: **formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (...)**. É definida historicamente e não biologicamente. **O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo deslocadas** (HALL, 2006, p. 12, grifos nosso).

A identidade é bastante fluída no processo de vir a ser o que é. Deste modo, a formação e a transformação que ocorre nas formas de representações se dá no campo da historicidade. Assim, em cada momento histórico os sujeitos assumem identidades diferentes, isso porque somos sujeitos que vivenciam várias experiências que fazem com que os sujeitos atuem em constante deslocamento.

A complexidade identitária que envolve o sujeito, faz com que se assume diferenciadas posições, pois não se menciona com precisão sobre o indivíduo, a sua singularidade, a consciência e o inconsciente, ou seja, não é o sujeito em si. Desta forma,

Não podemos mais conceber o indivíduo em termos de um ego completo e monolítico ou de um si autônomo. A experiência do si é mais fragmentada, marcada pela incompletude, composta de múltiplos si, de múltiplas identidades ligadas aos diferentes mundos sociais em que nos situemos (HALL, 2006, p. 76).

O processo de inacabamento do indivíduo, o faz com que as múltiplas identidades sejam ligadas as diferentes experiências dos mundos sociais em que os sujeitos estão inseridos. Neste sentido, está posto na política nacional do livro didático sobre a forma como sujeito está representado, eis:

Um primeiro aspecto a considerar diz respeito a forma como o Campo e seus **Sujeitos se fazem presentes em um livro didático**. Podem estar **presentes somente como ilustração** - imagens de identidades, de lugares, de objetos, de paisagens, sem a contextualização devida. Como **pretexto** – textos, atividades e/ou ilustrações aparecem como referências para apresentar e discutir um tema. **Como texto**, isto é, como conteúdo a ser lido e conhecido. **Como contexto**, como realidade a ser vista, tematizada, lida, conhecida, discutida, analisada, mantida e/ou modificada (BRASIL, 2013, p. 12, grifos nosso).

Estas variadas formas que o sujeito pode ser está presente no livro didático o faz com que assuma uma posição e não outra, seja na ilustração, no pretexto, no texto e no contexto. Isso é muito importante, pois ao longo da história da educação brasileira, em especial a educação do campo, os sujeitos não eram considerados em sua singularidade e pluralidade cultural, ficando assim invisíveis de suas próprias narrativas. Desta feita, está posto que:

Ao longo da história brasileira, esses sujeitos, invisíveis aos olhos da política pública, mas visíveis à brutalidade da segurança pública, se organizam, elaboram, produzem, reproduzem e divulgam seus saberes, suas práticas, suas metodologias, suas expectativas e propostas de um projeto de campo, que se articula, por sua vez, como um projeto de sociedade, de nação (BRASIL, 2019, p. 16).

As políticas públicas ao longo da história foram fomentadas numa perspectiva eurocêntrica, inviabilizando a visibilidade aos sujeitos de direito em sua diversidade cultural. Deste modo, ao dar ênfase aos sujeitos do campo eles produzem e reproduzem seus saberes, suas práticas, suas metodologias e suas perspectivas em prol de um projeto de campo menos injusto, isto é, um projeto de nação.

Em contrapartida aos processos de invisibilização dos sujeitos coletivos de direito, temos a presença dos movimentos sociais que passam a construir uma outra narrativa que passa a ressignificar a presença do coletivo social, sobretudo no material didático. Deste modo,

A presença dos Movimentos Sociais como **sujeitos coletivos** na Educação do Campo **amplia as possibilidades de entendimento** do que podemos chamar de **processo formativo**, articulado à **construção de uma outra organização societária**. O espaço/tempo **da luta, da conquista, da construção de vínculos**

solidários, societários e do trabalho cooperativo colocam a alternância não somente como afirmação do que está dado, mas como processo capaz de **gerar o novo nas alteridades, nas culturas e na sociedade, provocando alterações nos sujeitos e na cultura, vivenciada como um processo coletivo** (LEAL *et. al.* 2019, p. 4, grifos nosso).

As possibilidades de recreação das relações que são estabelecidas entre os sujeitos coletivos em prol de um projeto de nação fazem com que as lutas, o trabalho, a organização societária e os vínculos solidários provocam alterações nos sujeitos e na cultura de modo coletivo. Deste modo, a interculturalidade posiciona os sujeitos em seus movimentos interculturais.

Neste sentido, os sujeitos do campo passam a ser eles mesmos narradores de suas histórias, protagonistas, defensores de seus direitos sociais, políticos, econômicos e culturais, como elucida Silva (2015, p. 91) ao mencionar que:

A Educação do Campo é desafiada a ter como autores, sujeitos que produzem sua vida e sentidos na tessitura de territórios pluridiversos, de múltiplas realidades que produzem existências, culturas, saberes e afetos, numa ruralidade caracterizada pela produção familiar/camponesa, na perspectiva da sustentabilidade da vida, do ecológico, do cultural e do ético, dimensões violadas pelo capitalismo e colonialismo.

Os sentidos produzidos pelos sujeitos atravessam os pluridiversos territórios de suas múltiplas realidades que produzem suas existências, culturas, saberes e afetos enlaçados pela família, onde visam a sustentabilidade da vida por meio da cultura ecológica, do princípio ético e cultural se contrapondo ao sistema capitalista.

A despeito, a posição intercultural do sujeito do campo na Política Nacional do Livro Didático para a Educação do Campo, diz respeito aos processos identitários e culturais que permeiam os sujeitos do campo em sua pluralidade cultural (MELO, 2020). Neste caso, as noções sobre identidade, pluralidade, diversidade cultural, diálogo intercultural são correlatos da interculturalidade que se faz presente na PNLD/2016; 2013. Portanto, a finalidade de analisar a posição de sujeito intercultural acionada no discurso da Política Nacional do Livro Didático para a Educação do campo, foi possível identificar que a posição do sujeito é política/pedagógica, a qual busca a sua emancipação e transformação social, levando em consideração os discursos institucionais que orientam determinadas posições a serem assumidas (MELO, 2020). Ressaltamos ainda que os feixes de relações acionados na Política Nacional do Livro Didático para Educação do Campo permeiam a interculturalidade quando em seu discurso visa a unidade na diversidade. Dito noutras palavras, as diferenças culturais, as identidades, as culturas e a diversidade cultural são postas em evidência nos Guias da Política Nacional do Livro Didático para a Educação do Campo (2016

e 2013) mediante as propostas pedagógicas que estão enunciadas como orientadora da prática nas

5. ASSINALAÇÕES CONCLUSIVAS

Os elementos constituintes deste estudo foram: a interculturalidade, a educação do campo e a política nacional do livro didático. Ao fazermos o mapeamento das fontes primária (PNLD/Campo – 2016 e 2013) que nos remeteram às fontes secundárias (PNE - Lei nº 13.005/2014; LDB 9394/96; DCNOEC – 2002, Resoluções nº 1/2002 e nº 2/2008; Decreto nº 7.352/2010 e algumas dissertações, teses e artigos), nos possibilitaram a realização das escavações das fraturas de texto nestes documentos-fontes para extrairmos o *corpus* analítico para comunicarmos os achados que foram aqui apresentados sobre os desdobramentos enunciativos da interculturalidade: a democracia, a decolonialidade, os direitos humanos e os estudos culturais; ordens que foram enlaçadas pela posição do sujeito nos feixes de relações que se estabeleceram nos enunciados da educação do campo, da política nacional do livro didático e da interculturalidade.

Desta feita evidenciamos que ao longo desta pesquisa ficou claro que as noções sobre a posição de sujeito na teoria pós-crítica é a que melhor posiciona os sujeitos do campo em suas lutas sociais, seus movimentos e organizações. Deste modo, evidenciamos que quando Foucault enuncia que a posição de sujeito é uma função vazia e neutra, compreendemos que ele não está tratando do indivíduo de carne e osso, mas sim do sujeito que é constituído por um discurso institucional, ou seja, qualquer sujeito pode ocupar posições diferentes, pois os acontecimentos discursivos permeiam a pluralidade identitária que se desloca constantemente, conforme as experiências vivenciadas culturalmente.

Ao acionarmos a caixa de ferramenta da teoria da análise do discurso de Foucault nos foi possível fazermos jus a três ferramentas operatórias e conceituais, tais como: o discurso, o enunciado e a posição de sujeito permearam explicitarmos os achados sobre os desdobramentos enunciativos da interculturalidade: a democracia, a decolonialidade, os direitos humanos e os estudos culturais, esta última ordem escande sobre a posição de sujeito numa perspectiva voltada para teoria pós-crítica.

Destacamos que no conjunto das coisas ditas e escritas sobre a interculturalidade, enquanto unidade na diversidade há um desdobramento enunciativo que está coadunado a uma regularidade enunciativa, quais sejam os enunciados sobre: cultura, diversidade

cultural, pluralidade cultural, hibridismo cultural, diferenças e identidades que dispersas na massa de acontecimento faz com que ordenamos nos enunciados que permeiam os feixes de relações existentes nos campos de domínio da: democracia, da decolonialidade, dos direitos humanos e dos estudos culturais. Em sendo assim, a posição de sujeito é igualmente assentada nestes campos de domínio.

Os feixes de relações existentes nos elementos constituintes da tese: a interculturalidade, a educação do campo e a política nacional do livro didático nos remeteram a posição de sujeito na perspectiva da teoria pós-crítica, a qual se distingue da noção foucaultiana.

Explicitamos que não esgotamos a reflexão analítica/argumentativa, pois no território da linguagem há muito o que se escavar a depender do objeto de investigação. Desta feita, registramos o que ainda pode ser feito, tal como: a categoria do biopoder sobre a política do livro didático para educação do campo, a posição do sujeito na imagem, no pretexto, no texto e no contexto das coletâneas Girassol e Novo Mundo.

Portanto, destacamos a relevância da teoria da análise arqueológica do discurso para explicitar os feixes de relações que estão estabelecidos nas ordens discursivas sobre o objeto de investigação analisado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Guia de livros didáticos:** PNLD Campo 2016. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livrodidatico/-ensinofundamental>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Guia de livros didáticos:** PNLD Campo 2013. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013.

BERNARDES, A.; HOENISCHI, J. C. D. Subjetividade e identidades: possibilidades de interlocução da psicologia social. In: GUARESCHI, N. M. F.; BRUSCHI, M. (Orgs.). **Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social.** Petrópolis: Vozes. 2003.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001.

CANCLINE, N. G. Definiciones en transición. In: MATO, D. (org.) **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización.** Buenos Aires: Clacso, 2001.

CAMILO, M. E. S. A construção coletiva da escola: a Escola Chico Mendes e sua História. In: ANGHINONI, C.; MARTINS, F. J. (Org.). **Educação do campo e formação continuada de professores.** Porto Alegre: EST Edições, 2008.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, 2008.

CUCHE, D. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002. 245p.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008. 264p.

FLEURI, R. M. Interculturalidade e educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 23, p. 16-35, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 83p.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo** (parte I). Petrópolis: Vozes. 2003. 1200p.

HENNIGEN, I.; GUARESCHI, N. M. F. A subjetivação na perspectiva dos estudos culturais e foucaultianos. **Revista Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 23, 2006.

LEAL, A. A. A. *et al.* Experiências de protagonismo estudantil na iniciação à docência no campo: o PIBID diversidade LECAMPO/UFGM. In: CONGRESSO DE INOVAÇÃO E METODOLOGIAS DE ENSINO. 2., 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFGM, 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã** (I – Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1986. 616p.

MELO, M. A. V. **O discurso sobre o posicionamento intercultural do sujeito na política nacional do livro didático para educação do campo**. 2020. 251 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

SILVA, F. G. P. **Os paradigmas que alicerçam os livros didáticos de História e Geografia da coleção didática Projeto Buriti multidisciplinar: um olhar através das epistemologias do Sul**. 2015. 305 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2015.

STEFANI, J. **A constituição do sujeito em Paul Ricoeur: uma proposta ética e hermenêutica**. 2006. 109 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

TOREZAN, Z. C. F.; AGUIAR, F. O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 525-554, 2011.